



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Assessoria Jurídica

Alameda Iraé, 35, - Bairro Indianópolis - São Paulo/SP - CEP 04075-000

Telefone: 3396-6514

PROCESSO 6019.2023/0003964-5

Parecer SEME/AJ Nº 092280361

São Paulo, 24 de outubro de 2023.

Interessados: SEME e Federação Paulista de Esportes Radicais

Assunto: Celebração de parceria decorrente do Edital de Chamamento Público nº 08/SEME/2023.

SEME/GAB/CG

Sr. Chefe de Gabinete,

1. RELATÓRIO:

Trata-se de expediente autuado visando a celebração de termo de fomento com organização da sociedade civil selecionada através do Chamamento Público nº 008/SEME/2023, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto Municipal nº 57.575/2016 e a Portaria SEME nº 27/2017, para execução do evento denominado "Radical Challenge 3ª edição 2023", através da promoção de 1 atividades físicas, esportivas e de lazer, tal como constante no plano de trabalho de doc. 092265881.

Todo o trâmite do citado chamamento público ocorreu no SEI nº 6019.2023/0002174-6, sendo que a respectiva homologação consta no doc.091855691.

Após a classificação definitiva (092265729), as entidades apresentaram a documentação necessária à celebração dos termos de fomento, tudo de acordo com o previsto no edital SEME/008/2023, publicado no DOC do dia 20/07/2023 (086797829).

No que tange ao interessado em epígrafe, instaurou-se o presente processo, anexando-se toda a documentação a fim de comprovar sua habilitação.

Consoante plano de trabalho (092265881), cuja análise ficou a cargo da Comissão Especial de Seleção, e a manifestação DGPARG (092266797), o valor do objeto da parceria é de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) decorrentes de repasse público.

No doc. 092268572, SEME/DGPARG informou a existência de nota de reserva para subsidiar a contratação:

Encaminhamos o presente com a Nota de Reserva em SEI086218176, que foi liberada pelo Despacho autorizatório no Processo nº 6019.2023/0002174-6, encaminhamos para Parecer Jurídico e após e demais providências cabíveis, tendo em vista a aprovação técnica deste Departamento.

Como a nota de reserva foi emitida de forma geral, para todo o chamamento, no valor de **R\$ 8.000.000,00** (oito milhões de reais), destacamos, desde logo, que cabe à área técnica realizar o controle dos recursos que serão fixados em cada plano de trabalho e repassados às entidades classificadas, a fim de garantir, além da suficiência dos recursos, que os valores observam os ditames do edital e da respectiva proposta vencedora.

Foi juntada toda a documentação da entidade interessada, a fim de demonstrar sua aptidão para a realização do evento, cuja análise de tais disposições fica a cargo do setor técnico competente desta Pasta (SEME/DGPARG), e não a esta Assessoria Jurídica, pela falta de atribuição para tanto.

Por conseguinte, SEME/DGPARG, setor técnico competente desta Pasta, analisando todo o contido no processo e em observância ao art. 35, inc. V, da Lei nº 13.019/2014, no doc. 092266797, assim se manifesta:

Para emissão do Parecer Técnico do Evento Virada Esportiva 2023 - Lote 2 - Radical Challenge 3º Edição 2023, a ser executado pela Organização da Sociedade Civil Federação Paulista de Esportes Radicais, inscrita no CNPJ: 17.817.740/0001-18. O evento acontecerá nos dias 28 e 29 outubro de 2023 e será realizado no Praça Ulisses Guimarães Centro - São Paulo - SP, das 09h do dia 28/10/23 até as 17h do dia 29/10/23. (24 horas ininterruptas). Ressaltamos que no item 5.2 do Edital, o qual informa que os locais poderão ser alterados de forma unilateral pela SEME, a qualquer tempo, em caso de necessidade pública, sem que isso possa implicar em aumento de custos à OSC.

O valor do Repasse será de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) decorrentes de repasse público.

Departamento de Gestão de Parcerias - DGPARG informa que as documentações apresentadas para celebração da parceria estão de acordo com as exigências do Edital de Chamamento Público nº 008/SEME/2023, Lei Federal nº 13.019/14 Decreto Municipal nº 57.575/16 e Portaria 27/SEME/2017, publicada em 07/10/2017. Após análise técnica do processo, pronuncio de forma expressa que:

A Organização da Sociedade Civil proponente demonstrou que possui expertise e capacidade técnica para a execução do objeto e o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade da parceria adotada.

Há identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria.

A proposta está em consonância com as políticas públicas de esporte e lazer adotadas pela pasta, atendendo todas as exigências da legislação vigente para a viabilidade da execução do objeto da parceria.

O projeto demonstra sincronismo das ações administrativas, técnicas e contábeis, através dos itens, objetivos, metas, cronograma de execução, cronograma de execução financeira, aplicação dos recursos e cronograma de desembolso.

Foram observados os critérios de economicidade e compatibilidade com os valores de mercado tendo como referência a Planilha de Precificação da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte, conforme Portaria nº 044/SEME-G/2018, publicada no DOCSP em 06/10/2018, pág. 13.

O gestor da parceria fiscalizará a execução da parceria e o cumprimento das ações propostas através da vistoria *in loco*, assim como analisará os relatórios de execução do objeto e financeira elaborados pela entidade proponente.

Designação do Gestor da Parceria: Marcio Issa de Oliveira RF: 709.876-6.

A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação elaborado pela Administração Pública. A Comissão está constituída pela Portaria nº 023/SEME/2021.

Diante o exposto, acolho a proposta e concluo de maneira favorável à celebração para execução do objeto da parceria via SEI 092265881.

Após, o processo foi encaminhado a esta AJ para parecer. É o relatório. Passamos a nos manifestar.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

2.1. ESCOPO DA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA:

De início, esclarecemos que, com base no art. 5º do Decreto Municipal nº. 57.263/16, incumbe a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa. Em relação aos aspectos de natureza técnica alheios à seara jurídica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua apreciação detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisarão adequadamente, verificando a exatidão das informações constantes dos autos e atuando em conformidade com suas atribuições.

Nesse sentido, inclusive, os incisos V e VI do art. 35 da Lei nº 13.019/2014 diferenciam expressamente a emissão de parecer de órgão técnico do parecer jurídico do órgão de assessoria jurídica, devendo-se respeitar as competências de cada órgão na elaboração do respectivo parecer, o qual será restrito ao que lhe cabe.

Já a análise do mérito do ato administrativo recai sempre sobre o gestor público, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade (no caso, o Sr. Chefe de Gabinete), ficando eventual matéria técnica fora do âmbito de análise de legalidade a cargo desta Assessoria Jurídica.

Ressaltamos, quanto ao presente parecer, que nossa manifestação possui caráter meramente opinativo, mas sempre à luz dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, dentre tantos outros, que orientam a atuação administrativa. Nessa linha, vale mencionar o seguinte julgado do e. Tribunal de Contas da União:

A manifestação con9da em pareceres técnicos e jurídicos não vincula a atuação dos gestores, de modo que não tem força para impor ao administrador a prá9ca de um ato manifestamente irregular, uma vez que cabe a ele, em úl9ma instância, decidir sobre a conveniência e a oportunidade de praticar atos administrativos.

2.2. ANÁLISE JURÍDICA:

A celebração de termo de fomento com organização da sociedade civil decorre da regulamentação contida na Lei Federal nº 13.019/14, no Decreto Municipal nº 57.575/16 e na Portaria SEME nº 27/2017.

Nesse sentido, termo de fomento é o “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros”, de acordo com o art. 2º, VIII, da Lei Federal nº 13.019/2014 (também previsto no art. 12 do Decreto Municipal nº 57.575/2016 e itens 3.10 e 9.4 da Portaria SEME nº 27/2017).

Por outro lado, na dicção do art. 2º, I, a, da Lei Federal nº 13.019/2014 (e também no art. 2º, II, a, do Decreto Municipal nº 57.575/2016 e item 3.2, A, da Portaria SEME nº 27/2017), é considerada organização da sociedade civil: “entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva”.

Verificamos que, na hipótese aqui narrada, a entidade proponente não tem finalidade econômica e que seus objetivos e finalidades estão consentâneos com as atribuições desta Pasta, conforme o seu estatuto social de doc. 092266460, combinado com o que prevê o Decreto Municipal nº 57.845/2017, que reorganizou a SEME.

Ademais, o objeto da parceria proposta demonstra adequação à finalidade da SEME de “produzir, organizar e difundir os conhecimentos científicos de esporte e lazer aos segmentos organizados para a elaboração de políticas específicas” (art. 2º, VI, do Decreto Municipal nº 57.845/2017).

No mais, diante da informação de SEME/DGP (092266797), houve menções sobre:

- I. O mérito da proposta em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- II. A identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;

III. A viabilidade de sua execução;

IV. O cronograma de desembolso, estando em consonância com o procedimento estabelecido pelo Decreto Municipal nº 57.575/2016 e Lei Federal nº 13.019/2014;

V. Os meios de fiscalização e os procedimentos adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

VI. A designação do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

Em complementação, também declarou:

Foram observados os critérios de economicidade e compatibilidade com os valores de mercado tendo como referência a Planilha de Precificação da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte, conforme Portaria nº 044/SEME-G/2018, publicada no DOCSP em 06/10/2018, pág. 13.

Por fim, concluiu que “acolho a proposta e concluo de maneira favorável à celebração para execução do objeto da parceria...”.

Lembramos, de forma reiterada, que a análise de mérito destas manifestações cabe a Vossa Senhoria quando da decisão final, ante a competência, e não a esta Assessoria Jurídica, por não nos competir auditar as conclusões a que chegaram os setores técnicos desta Pasta em assuntos de sua competência, dada a falta de expertise (técnica) para tanto.

Quanto ao aspecto jurídico, salientamos que, por serem informações proferidas por servidor público e por dizerem respeito a aspectos fáticos, gozam de presunção de veracidade, como ensina a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

A presunção de veracidade diz respeito aos fatos; em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações por ela fornecidas, todos dotados de fé pública. (Direito Administrativo. 17 ed. Editora Atlas. Pág. 191).

No tocante à documentação juntada ao processo para atestar a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da entidade, bem como as declarações necessárias para celebração da parceria com a SEME, **recordamos que cabe ao setor competente (SEME/DGPAR) a análise de toda sua presença e validade, se em consonância com os arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014, o art. 33 do Decreto Municipal nº 57.575/2016 e o item 5 da Portaria SEME nº 27/2017, já que tal matéria não é atinente a esta Assessoria Jurídica.**

Em relação aos orçamentos apresentados, é importante ressaltar que, de acordo com a jurisprudência do TCU, proferido no bojo do Acórdão nº 992/2022 (Plenário, Recurso de Reconsideração, Rel. Min. Benjamin Zymler) e que aqui pode ser aplicada:

As empresas que contratam com a Administração devem ofertar preços compatíveis com os de mercado, sob pena de serem responsabilizadas por eventual sobrepreço constatado no contrato, uma vez que o regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas, com a consequente obrigação de seguir os preços praticados no mercado (art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993), se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados.

Ainda sobre o tema, cumpre mencionar que, especificamente no âmbito municipal, o art. 66 da Lei Municipal nº 17.273/2020 dispõe que as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos municipais em virtude de parcerias devem realizar, para obras, compras e serviços em geral, pesquisa de preço nos termos de parâmetros estabelecidos pelo art. 58 da própria norma:

Art. 58. *A pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos parâmetros pertinentes dentre os seguintes:*

I - banco de preços de referência mantido pela Prefeitura;

II - bancos de preços de referência no âmbito da Administração Pública;

III - contratações e atas de registro de preços similares, no âmbito da Prefeitura ou de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços;

IV - pesquisa publicada em mídia especializada, listas de instituições privadas renomadas na formação de preços, sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; e

V - de múltiplas consultas diretas ao mercado.

§ 1º *A unidade contratante deve demonstrar que escolheu a opção mais vantajosa, devendo qualquer impossibilidade de consulta ser justificada.*

§ 2º *Os valores a serem tomados como parâmetro corresponderão à média dos valores orçados nas bases consultadas dentre as referidas no caput, desconsiderados aqueles excessivamente elevados ou inexequíveis.*

§ 4º *Visando garantir a devida transparência e a redução dos riscos inerentes à pesquisa, cabe à unidade contratante fazer constar de forma clara do processo:*

I - a identificação do servidor responsável pela cotação, a caracterização completa das empresas consultadas (nome dos responsáveis pela cotação, endereço completo da empresa, telefones existentes);

II - as respostas de todas as empresas consultadas, ainda que negativa a solicitação de orçamento, e a indicação dos valores praticados, de maneira fundamentada e detalhada.

§ 5º *No caso do inciso V do caput, compete à unidade contratante promover análise preliminar quanto à qualificação das empresas consultadas, devendo se certificar de que são do ramo pertinente à contratação desejada.*

§ 6º *Excepcionalmente, mediante justificativa, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores, nas hipóteses contempladas nos incisos III, IV e V.*

§ 7º *Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sites de leilão ou de intermediação de vendas.*

§ 8º *As consultas poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação e, na hipótese de*

serem informais, deverão ser certificadas pelo funcionário responsável, que apontará as informações obtidas e as respectivas fontes.

§ 9º A pesquisa de preço, a critério da comissão de licitação ou da autoridade competente para autorizar a contratação, deverá ser repete sempre que necessário à preservação do interesse público, considerados o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições econômicas específicas.

§ 11. A Secretaria Municipal de Gestão poderá estabelecer, mediante portaria, diretrizes e procedimentos visando orientar as unidades contratantes acerca do cumprimento do disposto neste artigo.

§ 12. Todas as contratações municipais deverão levar em conta:

I - o custo dos insumos, apurado a partir da experiência do órgão ou entidade, pesquisas junto aos demais órgãos ou entidades públicos, estudos e publicações especializadas, empresas, prestadores de serviços e pesquisas junto ao mercado;

II - a importância da Administração Municipal dentro do mercado consumidor do produto, serviço ou obra a ser adquirido em relação ao desconto obtido na aquisição;

III - a elaboração de orçamento detalhado em preços unitários, fundamentado em pesquisa de mercado, a exemplo de contratações similares, valores oficiais de referência, pesquisa junto a fornecedores ou tarifas públicas.

Art. 66. As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos municipais em virtude de parcerias deverão realizar, para obras, compras e serviços em geral, pesquisa de preços nos termos dos parâmetros estabelecidos nesta Lei.

Caso seja, de fato, celebrado o termo de fomento, recordamos da necessidade de observância dos requisitos para tal, previstos nos arts. 33 a 38 da Lei Federal nº 13.019/2014, nos arts. 33 a 36 do Decreto Municipal nº 57.575/2016 e no item 5 da Portaria SEME nº 27/2017.

Pedimos atenção, também, quanto às hipóteses de vedação às parcerias celebradas pela Municipalidade juntamente com OSC's, que vêm expressas nos arts. 39 e 40 da Lei Federal nº 13.019/2014, no item 6 da Portaria SEME nº 27/2017, além de do art. 37 do Decreto Municipal n. 57.575/2016, que se cita aqui exemplificativamente:

Art. 37. Fica vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista neste decreto com organização da sociedade civil que se enquadre no previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como com:

I - organização da sociedade civil que tiver, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão;

II - organização da sociedade civil que estiver inscrita no CADIN municipal, exceto nos casos em que não houver transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Para os fins do artigo 39, inciso III, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, considera-se dirigente de órgão ou ente da Administração Pública o titular da unidade orçamentária, o Subprefeito, o Secretário Adjunto, o Chefe de Gabinete, o dirigente de ente da Administração Indireta e aqueles que detêm competência delegada para a celebração de parcerias.

Também é necessário observar os arts. 68 e 69 da Lei Municipal nº 17.273/2020, visto que tais prescrições se destinam às parcerias celebradas no âmbito do Município:

Art. 68. *As organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público e demais entidades sem fins lucrativos parceiras da Administração Municipal ficam obrigadas a publicar na internet todas as informações de interesse público por elas produzidas ou custodiadas, inclusive:*

I - repasses ou transferências de recursos municipais de São Paulo;

II - relação atualizada das unidades/equipes envolvidas na implementação do objeto da parceria;

III - íntegra do instrumento de parceria e seus respectivos termos aditivos;

V - íntegra dos contratos referentes a serviços terceirizados relacionados à execução e manutenção das atividades relacionadas ao objeto da parceria;

VI - relação de contratos de serviços terceirizados, com especificação mínima de:

a) valor;

b) objeto;

c) dados do contratado;

d) prazo de duração;

VII - relação de funcionários e salários vinculados a cada parceria, inclusive pessoal administrativo e dirigentes.

Parágrafo único. *Os sítios de internet deverão atender o requisito de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.*

Art. 69. *Quando houver solicitação de informações por órgãos fiscalizadores do Município de São Paulo e, em especial a Controladoria Geral do Município, a entidade parceira deverá responder ao requerimento de forma tempestiva e prioritária, sob pena de responsabilidade.*

Não foi juntada a minuta do termo da parceria, que ficamos à disposição para posterior análise, caso Vossa Senhoria entenda necessário. Sugerimos que sejam incluídas cláusulas acima recomendadas, além de outras indispensáveis ao caso em apreço (as cláusulas essenciais estão previstas no art. 42 da Lei Federal nº 13.019/2014 e item 9 da Portaria SEME nº 27/2017).

3. MINUTA DE DESPACHO AUTORIZATÓRIO:

A título colaborativo e sugestivo, como fazemos, segue minuta de despacho autorizatório caso Vossa Senhoria entenda pela realização da parceria - decisão discricionária e desde que entenda cumpridos todos os requisitos acima mencionados -, para análise e deliberação:

Processo nº xxxx

Interessada: xxxx

Assunto: xxxx

I – DESPACHO

1. À vista dos elementos que instruem o presente, especialmente a Ata da Comissão de Seleção do Chamamento Público nº xxx/SEME/xxx (xxx) que classifica a entidade, o parecer técnico de DGP/AR (xxx), o qual habilita técnica e juridicamente a entidade, além de analisar a economicidade e compatibilidade com valores de mercado da proposta, assim como o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Pasta (xxxx), com fundamento no Edital de Chamamento nº xxx/SEME/xxx (xxx), na Lei Federal nº 13.019/14, no Decreto Municipal nº 57.575/16 e na Portaria nº 027/SEME/17, **AUTORIZO** a celebração **de termo de fomento** entre esta Pasta e **xxxx, CNPJ**

xxxx, conforme plano de trabalho (xxxx), que implicará o repasse público de R\$ xxxx (xxxx), além de R\$ xxx (xxx) advindos do próprio proponente, totalizando R\$ xxxx (xxxx).

2. AUTORIZO também, a emissão de nota de empenho no valor de R\$ xxxx (xxxx) à entidade supracitada, onerando a dotação nº xxxx do orçamento vigente, conforme Nota de Reserva nº xxxx (xxxx).

3. DESIGNO como gestor da parceria servidor xxxx, RF: xxxx, que estará incumbido de, conforme cláusula xxxx do termo de fomento veiculada pelo Edital de Chamamento Público nº xxx/SEME/xxxx:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) efetuar visita "in loco", dispensada está em caso de incompatibilidade com o objeto da parceria;

c) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

d) emitir parecer técnico de análise da prestação de contas no prazo definido no termo de fomento, mediante auxílio dado por CAF/DPC, no que atine ao seu aspecto financeiro, caso assim entenda necessário e desde que devidamente justificado, para hipóteses em que eventuais itens devam ser glosados ou no procedimento a que alude o item 15.5., letra "B" da Portaria n. 027/SEME/17;

e) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, mediante auxílio dado por CAF/DPC, no que atine ao seu aspecto financeiro, caso assim entenda necessário e desde que devidamente justificado, para hipóteses em que eventuais itens devam ser glosados ou no procedimento a que alude o item 15.5., letra "B" da Portaria n. 027/SEME/17;

f) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação ou, na ausência dos mesmos, solicitar ao seu superior hierárquico;

g) auxiliar o servidor indicado pela Divisão de Monitoramento na elaboração do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

4. DESIGNO como Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores listados na Portaria nº 023/SEME-G/2021, cuja atribuição consta da Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 57.575/16, Portaria nº 027/SEME/2017 e, especialmente, Portaria nº 023/SEME-G/2021.

II - PROVIDÊNCIAS POSTERIORES:

1 . Encaminhe-se à Assessoria Técnica/Imprensa para publicação na página da SEME e, concomitantemente, remeta-se para publicação no DOC.

2. Após, à SEME/CAF/DEOF para as providências cabíveis.

3 . Em seguida, à SEME/DGPAR para formalização do termo de fomento, conforme minuta veiculada pelo Edital de Chamamento Público nº xxxx.

XXXX

Chefe de Gabinete

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

4. CONCLUSÃO:

Em vista do exposto, é o parecer, que, conforme art. 35, inc. VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, submetemos à apreciação e deliberação. **Ressalvamos uma vez mais que nossa análise, como nos compete (art. 5º do Decreto Municipal nº 57.263/2016), restringiu-se às questões jurídicas e a cuidar para que haja uma adequada instrução formal do processo, não incluindo, entretanto, análise de mérito das justificativas apresentadas, avaliação dos prazos legais, valores repassados, dentre outras questões atinentes aos setores técnicos e que, pela competência, cabe a Vossa Senhoria analisar e, conseqüentemente, aceitar ou não.**

ROSELANE DIONÊ ROCCIA
Assessora Jurídica- SEME/AJ
OAB/SP nº 75.645

De acordo,

RODRIGO GARLA JORGE
Procurador do Município
Assessor Jurídico - AJ/SEME
OAB/SP nº 315.436



Rodrigo Garla Jorge
Procurador(a) do Município
Em 24/10/2023, às 19:14.



Roselane Dione Roccia
Assessor(a) Técnico(a) II
Em 24/10/2023, às 19:20.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **092280361** e o código CRC **AE196632**.
